



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ATA - PRE/COMISS2838

ATA - PRE/COMISS2838

COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA

Data: 18 de Junho de 2025

Local: Sala do Núcleo de Apoio - Anexo III.

Horário: 09:30 h

A presente reunião visa à exposição e discussão sobre as atividades a serem realizadas pela comissão.

Participantes:

- I - Bel. Paulo Roberto Santos de Oliveira, Juiz Eleitoral da 6ª Zona Eleitoral (proliveira@tjba.jus.br)
- II - Paulo César Alves Silveira, titular da Assessoria de Segurança e Inteligência Institucional (paulo.silveira@tre-ba.jus.br)
- III- Eli Teixeira Barbosa, ASSEGIN (etbarbosa@tre-ba.jus.br)
- IV - Paulo Roberto Clarindo da Silva, ASSEGIN (prsilva@tre-ba.jus.br)
- V - William Devis do Nascimento Pereira, ASSEGIN (wdpereira@tre-ba.jus.br)
- VI- Luiz Paulo de Santana Correia (lpcorreia@tre-ba.jus.br)
- VII- Rosemary Costa Santos, ASSEGIN (rcsantos@tre-ba.jus.br)
- VII - Carolina Guerrero do Bomfim, ASSEGIN (carolina.bomfim@tre-ba.jus.br)

A reunião foi aberta pelo Presidente da Comissão de Segurança Permanente, Bel. Juiz eleitoral Paulo Roberto Santos de Oliveira, o qual saudou os participantes e passou a explanar as atividades atribuídas à comissão, conforme disposto na agenda eletrônica do Tribunal.

Assuntos:

1. Funcionamento da Comissão:

Foi feita uma abordagem sobre experiências anteriores, destacando-se a necessidade de ajustes na distribuição das tarefas, comunicação interna e definição de um rito de funcionamento. Discutiu-se também a divulgação da atuação da Comissão para os servidores do TRE-BA.

2. Leitura da Ata Anterior:

A servidora Rosemary realizou a leitura da ata da reunião anterior. Durante a leitura, fora abordada acerca do Processo SEI requisitando novas viaturas para a ASSEGIN. O Assessor de Segurança e Inteligência Institucional Paulo Silveira esclareceu que os veículos solicitados anteriormente foram negados pela Presidência deste Regional, porém estão sendo utilizados pela ASSEGIN, conforme surge a demanda.

3. Divulgação da Comissão:

Ressaltou-se a necessidade de criar um rito de funcionamento da Comissão e divulgar suas atribuições e formas de contato com os servidores. O Assessor de Segurança e Inteligência Institucional informou que o Plano de Ação já contempla os procedimentos básicos e que a principal pendência é a divulgação.

4. Treinamento de Evacuação:

O Assessor de Segurança e Inteligência Institucional informou a realização do treinamento de evacuação no Anexo III, com previsão de estender o treinamento para o Edifício Sede, quando em funcionamento.

5. Sistema de Segurança e Controle de Acesso:

A servidora Rosemary mencionou o desenvolvimento de novos sistemas de segurança e controle de acesso. O Assessor de Segurança e Inteligência Institucional relatou reunião agendada com empresa especializada para esclarecimento técnico e levantamento de custos. Foram discutidas soluções como o uso de cartões de acesso com monitoramento de fluxo de pessoas entre os anexos.

6. Questões Orçamentárias:

Destacou-se a inexistência de dotação orçamentária específica para o projeto de segurança. Ficou acordado que, mesmo diante da escassez de recursos, as soluções deverão ser apresentadas à Administração. Sugeriu-se realizar reunião específica para buscar alternativas financeiras.

7. Histórico de Referência do TRE-BA em Segurança:

O Assessor de Segurança e Inteligência Institucional recordou que o TRE-BA já foi referência nacional em segurança institucional, situação que atualmente demanda recuperação.

8. Demandas Negadas:

O Juiz Presidente da CPS sugeriu agendar reunião com o Presidente do TRE-BA para tratar das demandas de segurança que vêm sendo negadas.

9. Participação das Zonas Eleitorais:

Ficou acordada a elaboração de um ofício circular, para que os chefes de cartórios apresentem sugestões de segurança. O Assessor de Segurança e Inteligência Institucional elaborará um questionário com espaço para sugestões abertas.

10. Afastamento do Assessor de Segurança e Inteligência Institucional :

O Assessor de Segurança e Inteligência Institucional comunicou que estará afastado até o dia 03/07, ficando o agente da Polícia Judicial Eli Teixeira como seu substituto.

11. Veículo Velado:

A servidora Rosemary informou sobre a negativa de aquisição de veículo velado, considerando-se a limitação orçamentária. Foi ressaltada a preocupação com a possibilidade de demanda simultânea por parte de duas unidades.

12. Referência Nacional da Polícia Judicial:

O Agente de polícia judicial Luiz Paulo Correia destacou o compromisso do Juiz em levar as demandas de segurança à Presidência. Foi ressaltada a necessidade de atender às determinações do CNJ sobre segurança institucional e a obsolescência da estrutura atual (equipamentos com mais de 20 anos, ausência de armamento adequado, problemas com a carteira funcional).

13. Identificação Funcional:

O Agente de polícia judicial William Devis ressaltou que a nomenclatura dos cargos não está adequada nos sistemas do TRE-BA, o que prejudica a identificação dos Agentes da Polícia Judicial; a exemplo foi citado que no contracheque dos agentes de polícia judicial não aparece no campo "função" o cargo o qual esses servidores ocupam, como os dos demais servidores do TRE (o campo está em branco). O Presidente da Comissão solicitou providências para corrigir o sistema de pessoal, conforme a Resolução do CNJ.

14. Ampliação da Área da ASSEGIN:

Foi informado que o processo referente à ampliação da área da ASSEGIN foi finalizado pela SEPROB e encontra-se arquivado. Será necessário o apoio do Presidente da Comissão para viabilizar espaço para vestiário e sala de reuniões para a ASSEGIN (preferencialmente próximos à localização atual da Unidade) e posto avançado de segurança em área estratégica no Anexo 3, com a reinauguração do novo prédio sede e consequente realocação e reorganização dos espaços que surgirem disponíveis nos Anexos.

15. Segurança nas Zonas Eleitorais do Interior:

Discutiu-se a carência de vigilância eletrônica e humana em imóveis locados no interior. O Assessor Paulo Silveira informou que apenas quatro municípios foram contemplados com vigilância eletrônica, e que a previsão orçamentária para vigilância humana é limitada, em virtude da repactuação contratual do novo contrato de vigilância que irá aumentar o valor do contrato.

16. Parcerias com Municípios:

O Presidente da Comissão sugeriu buscar parcerias com prefeituras municipais para apoio na segurança, por meio de monitoramento eletrônico ou cessão de agentes de segurança, desde que não haja vínculo político.

17. Aquisição de Equipamentos e Armamentos:

Foi relatado que o processo de aquisição de armamentos e munições sofreu remanejamento orçamentário, apesar de acordado anteriormente que haveria reserva de recursos para essa finalidade.

18. Publicação da Portaria de Dotação de Armamento:

A servidora Rosemary questionou sobre a publicação da Portaria, necessária para o planejamento estratégico.

19. Processo da Policial Civil Carolina Guerrero:

A servidora Rosemary mencionou o processo que questiona as atribuições da Policial Civil Carolina Guerrero que podem ser desenvolvidas pela mesma junto à Polícia Judicial do TRE-BA; o mesmo encontra-se parado desde o ano anterior e a necessidade de definição sobre sua atuação e participação em cursos de aperfeiçoamento e atividades desenvolvidas pela Polícia Judicial.

20. Acesso ao Sistema ELO:

Ficou registrada a proposta de pedido de alteração de normativo junto à Corregedoria para permitir o acesso da ASSEGIN ao Sistema ELO, considerando as recomendações do CNJ quanto aos Núcleos de Inteligência dos órgãos do Poder Judiciário.

21. Participação em Eventos de Capacitação:

Foi reforçada a necessidade de ampliar a participação dos APJs nos cursos oferecidos pelo CNJ e TSE, em conformidade com o Plano Nacional de Formação.

22. Jornada de Trabalho dos APJs:

Discutiu-se a jornada diferenciada dos APJs em razão das especificidades da função. Foi sugerida a elaboração de portarias internas para convalidar as horas efetivamente trabalhadas, dada a natureza do cargo e suas atribuições. Também se discutiu a possibilidade de o TRE-BA propor ao CNJ a criação de normativo nacional sobre a jornada dos APJs.

Encaminhamentos Finais:

Ficou acordado que a próxima reunião será realizada no dia 03 de setembro de 2025.

Deliberações:

- 1. Agendar reunião com o Presidente do TRE-BA sobre as negativas nos processos da ASSEGIN;
- 2. Elaborar uma circular para informar aos servidores do TRE-BA sobre a Comissão Permanente de Segurança;
- 3. Proposta de alteração de normativo junto à Corregedoria
- 4. Marcação de nova reunião para o dia 03 de setembro de 2025.

Nada mais havendo, foi encerrada a reunião.

Eu, Paulo Roberto Santos de Oliveira, Presidente da Comissão instituída pela Portaria TRE/BA nº 417/2024, lavrei o presente termo, ao qual assino e subscrevo juntamente com os demais membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CÉSAR ALVES DA SILVEIRA, Membro da Comissão**, em 09/07/2025, às 08:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eli Teixeira Barbosa, Membro da Comissão**, em 09/07/2025, às 08:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA GUERRERO DO BOMFIM, Membro da Comissão**, em 09/07/2025, às 08:59, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo de Santana Correia, Membro da Comissão**, em 09/07/2025, às 09:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rosemary Costa Santos, Membro da Comissão**, em 09/07/2025, às 10:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO SANTOS DE OLIVEIRA, Presidente da Comissão**, em 09/07/2025, às 16:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Clarindo da Silva, Membro da Comissão**, em 10/07/2025, às 14:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **William Deivis do Nascimento Pereira, Membro da Comissão**, em 17/07/2025, às 14:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3391901** e o código CRC **BA50318B**.